

# Museu do Arari: sobre “cacos de índio” e museus comunitários na Amazônia marajoara.

## Arari Museum: about “Indian shards” and community museums in the Marajoara Amazon

## Museo Arari: sobre “fragmentos indios” y museos comunitarios en la Amazonía Marajoara



**Brenda Bandeira de Azevedo**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

brendabandeira20@gmail.com



**Edne Wagner Ribeiro Maués**

Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Arari, Secretaria de Estado de Educação do Pará, Arari, Pará, Brasil

ednemaues2@gmail.com



**Daiana Travassos Alves**

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

daianatalves@ufpa.br

**Resumo:** Na Amazônia os sítios arqueológicos fazem parte do dia-a-dia das comunidades, não é diferente no entorno do Lago Arari, no arquipélago de Marajó, onde sítios são visitados há mais de um século por naturalistas, arqueólogos e moradores locais - com a retirada de artefatos. Os desdobramentos dessas ações vão desde implicações políticas, exibição de peças mundo afora, criação de coleções por comunitários até inspiração para a produção no artesanato local. Neste artigo abordamos a criação de um museu de base comunitária, o Museu do Arari, como parte de ações culturais estratégicas em parceria com moradores da região e financiado

Recebido em 25 de novembro de 2024. Aceito em 15 de maio de 2025.

por iniciativas de fomento à cultura. Para isto, cotejamos dados bibliográficos das pesquisas no “coração do Marajó” e das coleções resultantes e apresentamos o levantamento das coleções por comunitárias e entrevistas com duas colecionadoras locais. Essas conversas nos permitiram refletir sobre a complexidade das relações dessas mulheres com as “coisas arqueológicas” e os diferentes afetos que lhes despertam, desde o deslumbramento ao assombro.

**Palavras-chave:** Arqueologia Marajoara. Museu. Comunidade. Coleções, Amazônia

**Abstract:** In the Amazon, archaeological sites are part of the daily lives of communities, and this is no different in the area surrounding Lake Arari, in the Marajó archipelago, where sites have been visited for over a century by naturalists, archaeologists, and local residents, who have removed artifacts. The consequences of these actions range from political implications, the exhibition of pieces around the world, the creation of domestic collections, and even inspiration for local craft production. In this article, we discuss the creation of a community-based museum, the Arari Museum, as part of strategic cultural actions in partnership with local residents and financed by cultural development initiatives. To this end, we collated bibliographic data from research in the “heart of Marajó” and the resulting collections, and presented a survey of domestic collections and interviews with two local collectors. These conversations allowed us to reflect on the complexity of these women’s relationships with “archaeological things” and the different feelings they arouse in them, from amazement to wonder.

**Key words:** Marajoara Archaeology. Museum. Community. Collections. Amazon.

**Resumen:** CEn la Amazonía, los sitios arqueológicos son parte de la vida cotidiana de las comunidades, no es diferente alrededor del lago Arari, en el archipiélago de Marajó, donde los sitios han sido visitados durante más de un siglo por naturalistas, arqueólogos y residentes locales - con la remoción de artefactos. Las ramificaciones de estas acciones van desde implicaciones políticas, exposición de piezas en todo el mundo, creación de colecciones nacionales hasta inspiración para la producción artesanal local. En este artículo abordamos la creación de un museo comunitario, el Museo Arari, como parte de acciones culturales estratégicas en alianza con vecinos de la región y financiadas por iniciativas de promoción cultural. Para ello, recopilamos datos bibliográficos de investigaciones en el “corazón de Marajó” y las colecciones resultantes y presentamos un estudio de colecciones nacionales y entrevistas con dos coleccionistas locales. Estas conversaciones nos permitieron reflexionar sobre la complejidad de las relaciones de estas mujeres con las “cosas arqueológicas” y los diferentes afectos que despiertan en ellas, desde el asombro hasta el asombro.

**Palabras clave:** Arqueologia Marajoara. Museu. Comunidade. Coleções, Amazônia

## Introdução

Enquanto os sacerdotes da décima oitava dinastia sepultavam o faraó Tutancâmon no Norte da África, os Omelcas desenvolviam a escrita na Mesoamérica e as primeiras Pólis gregas se estabeleciam na Península Balcânica, já existiam povos ocupando a Ilha de Marajó, navegando por entre os rios, caçando nas savanas e construindo grandes casas na floresta para se protegerem das grandes chuvas. As áreas de terra preta e as centenas de tesos artificiais encontrados na região insular, no Delta do Amazonas, são o testemunho de uma rica cultura que se desenvolveu ao longo de séculos, estabelecida em um vasto território e organizada em centros de poder capazes de modificar a paisagem e gerir os recursos para a manutenção da coletividade (Schaan, 2004).

Ailha do Marajó está inserida em um grande arquipélago na foz do rio Amazonas, cercada pelo continente e pelo oceano Atlântico, tem sido lugar de múltiplas ocupações humanas, datadas desde ca. 4000 antes do presente (Hilbert et al., 2023). Por muito tempo considerou-se que a ilha, assim como todo bioma amazônico, não seria capaz de suportar grandes populações (Steward, 1948; Meggers, 1987). Contudo, a história e as pesquisas arqueológicas mostram que sociedades floresceram, permaneceram e transformaram o Marajó, tornando-a um lugar rico em cultura e patrimônio (Schaan, 2010).

O conhecimento tradicional das formas de manejo dos recursos naturais na ilha remonta a cerca de 2000 anos AP (antes do presente), quando populações indígenas organizadas em um complexo sistema regional iniciaram o manuseio da paisagem (Schaan, 2010). Esse manejo é observado no cultivo de espécies botânicas não domesticadas indicando seu provável uso por populações ancestrais, bem como a existência de um sistema

de drenagem que permitia captação dos recursos aquáticos nos diferentes períodos sazonais na região dos campos. As transformações na paisagem da ilha resultantes dessas atividades podem ser percebidas na disposição espacial dos sítios (Schaan, 2010).

Desde 1871, quando Ferreira Penna divulga as descobertas do sítio Pacoval do Arari para a coroa brasileira, uma gama de aventureiros, contrabandistas e fazendeiros retiraram centenas de peças cerâmicas do solo marajoara para museus do Brasil, Europa e América do Norte (Schaan, 2009; Troufflard, 2010). Esses objetos ricamente decorados, incluindo policromia, decorações plásticas e adornos antropozoomorfos, passaram a identificar esta cultura como similar dos povos andinos e circo-caribenhos, assim, possuidor de elementos considerados civilizatórios (e.g. uma organização política, religiosa e com divisão do trabalho demarcada). O Museu Nacional, tendo como foco a construção de uma identidade ao país, passa a criar coleções e exposições sobre os indígenas do Brasil, nas quais, a cerâmica marajoara figura como representante “ímpar” em galerias que expuseram os exemplares dos nossos ‘primeiros nativos’. Nessa época “ser brasileiro, iconograficamente, era ser marajoara” (Linhares, 2015).

O Museu do Marajó, umas das experiências estéticas mais importantes da Amazônia, criado pelo padre italiano Giovanni Gallo em Santa Cruz do Arari, em 1973, foi primeiro museu comunitário<sup>1</sup> do Brasil numa época em que pouco se falava sobre educação patrimonial e de como o patrimônio arqueológico poderia fazer sentido para as comunidades. O fez em um lugar de extrema vulnerabilidade social, acreditando que esta instituição poderia gerar renda e desenvolvimento para aquela região (Gallo, 2005).

<sup>1</sup> Museu comunitário neste contexto entendido conforme Desvallées et al. (2013, p. 88) “Por extensão, na questão dos museus comunitários e dos ecomuseus, o público é entendido como toda a população do território no qual eles se inscrevem. A população é o suporte do território e, no caso do ecomuseu, ela se torna o principal ator e não apenas o alvo do estabelecimento.”

Assim, ele foi um pioneiro no país, ao elaborar um espaço de educação sensível, onde as crianças poderiam tocar em plaquetas móveis para receber informações, os famosos computadores caipiras.

O material recebido por ele e exibido na exposição provém de dezenas de tesos artificiais e naturais, os quais foram doados por pescadores e vaqueiros que encontravam os tais “cacos de índio” nas margens do Lago Arari, em tesos do Camutins, nos centros de Mocoões, nas fronteiras com Anajás e Chaves. Muitos desses objetos foram oriundos de coleções de pessoas da comunidade, que seduzidas pela beleza e utilidades das peças, guardavam-nas para enfeitar suas casas ou reutilizar no cotidiano (Schaan, 2006). Barreto (2020) emprega o conceito de “tecnologias de encantamento” de Alfred Gell (2020), segundo o qual elementos estilísticos dos objetos são empregados para cativar o olhar do espectador, para compreender o potencial agentivo dos artefatos da cultura marajoara, cujo reconhecimento de sua indigeneidade os tornam ‘objetos resistentes’.

Portanto, estas coleções foram transbordamentos das coisas arqueológicas (Bezerra, 2018a) às superfícies marajoaras e ao cotidiano de seus moradores. Como mostraremos adiante, as interações das pessoas com as ‘coisas arqueológicas’ são atravessadas por afetos (encantamento, curiosidade, medo), por uma percepção da sua origem indígena e pela agentividade dos objetos (Gell, 1998).

Em 2024, o Coletivo Conexão Arari de Arte e Cultura (CCAAC) conseguiu financiamento, por meio da Lei Paulo Gustavo SECULT/PA, para criar um espaço de memória em Santa Cruz do Arari, intitulado *Museu do Arari*, com o objetivo de aproximar a população local da arqueologia e do entendimento da natureza e uso desses objetos, por meio de diálogos, cartilhas e painéis

explicativos. As coleções que o compõem são provenientes da prática do colecionamento realizada por nativos da região, um hábito observado entre populações tradicionais e ribeirinhas na Amazônia (Bezerra, 2018b; Schaan, 2006).

Neste artigo, contextualizamos o processo de criação desse museu de base comunitária. Situamos a pesquisa no âmbito de uma Arqueologia Pública<sup>2</sup> e destacamos a importância de projetos como este para as comunidades do Marajó, no sentido de instigar o fomento de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural. Portanto, vamos tratar das relações que as pessoas estabelecem com este patrimônio, refletindo sobre aspectos da guarda e conservação de objetos arqueológicos, no âmbito do desenvolvimento do Museu do Arari.

## 7

### O Marajó dos Campos

A região conhecida como Marajó dos Campos caracteriza-se por campos naturais do leste da Ilha de Marajó, onde predominam na vegetação herbáceas e gramíneas, alguns arbustos e palmeiras. Durante o período chuvoso ocorre alagamento da planície, tendo principalmente contextos de mangue, presença de furos e igarapés, que ao longo do ano sobem e descem de acordo com variação das marés formando uma rede de drenagem composta por rios e lagos, entre eles o lago Arari que está localizado no coração da ilha (Barbosa, 2012).

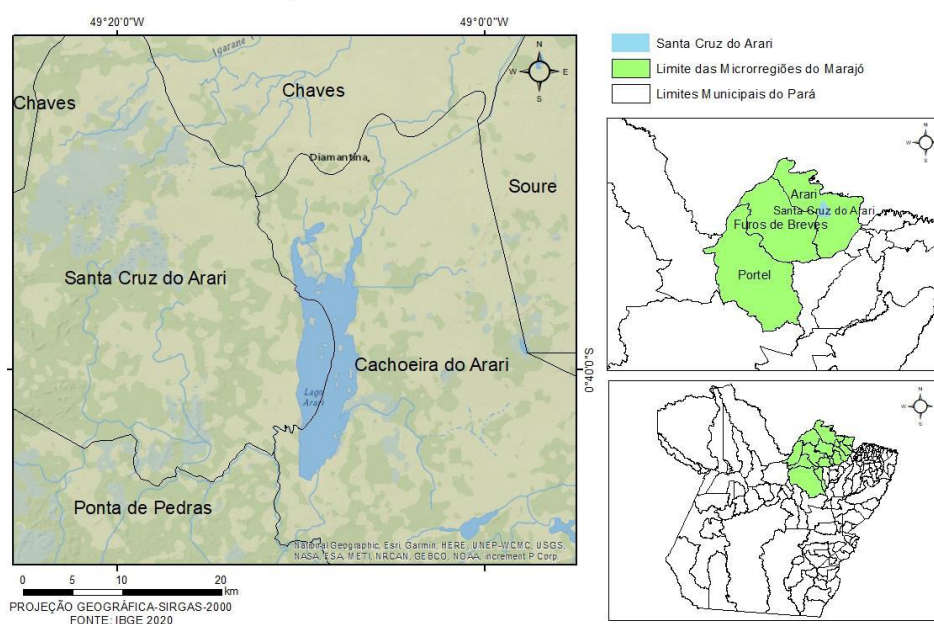
Os municípios que compõem o Marajó dos Campos são Chaves, Muaná, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Ponta de Pedras (Mapa 1). Neste artigo, focamos nos municípios do entorno do lago Arari que são Cachoeira do Arari

<sup>2</sup> A Arqueologia Pública é um campo da arqueologia voltado ao diálogo de distintos agentes interessados acerca do patrimônio arqueológico (i.e. pesquisadores, comunidades tradicionais, instituições de gestão do patrimônio) em seus aspectos legais, éticos, educacionais e de gestão. Trata-se de uma prática arqueológica comprometida com o papel social e político da disciplina, dentre outros nas políticas de gestão do patrimônio e nas relações que múltiplos sujeitos sociais estabelecem com o mesmo. Para uma reflexão aprofundada ver Fernandes (2008).



e Santa Cruz do Arari, pois são os lugares de onde se originam as coleções arqueológicas que comporão o Museu Arari, assim como onde se situam os sítios arqueológicos da fase marajoara com os quais nossas interlocutoras interagem.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI-PA



**Mapa 1:** Localização do Município de Santa Cruz do Arari. Fonte: Elaborado pelo autor.

## As narrativas da arqueologia Marajoara

As pesquisas realizadas no campo da Arqueologia e Antropologia no Brasil iniciaram ao fim do século XIX, com a criação dos primeiros museus de história natural como o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional. Esses museus seguiram os princípios de outras instituições internacionais que buscavam compreender a história natural e estavam “profundamente vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e a modelos evolucionistas de análise” (Schwarcz, 1993, p. 87). Até por volta da década de 1930, Arqueologia e Antropologia caminharam juntas,



para identificar culturas indígenas no passado e no presente, sendo a maneira de compreender a evolução biológica e cultural humana no decorrer do tempo (Schaan, 2014). Durante este período, diversos pesquisadores naturalistas vieram ao Brasil em “missões”, para estudar a fauna e flora local, muitos dos quais coletaram também informações de povos e artefatos arqueológicos indígenas durante suas viagens (Schwarcz, 1993).

Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), enquanto secretário de Governo da Província do Pará e diretor do Museu Paraense (atual Museu Paraense Emílio Goeldi), foi responsável por grande parte das pesquisas e da divulgação de sítios arqueológicos identificados hoje como Tesos Marajoaras (Penna, 1971a, 1971b). A frente do Museu Paraense, Ferreira Penna fez parcerias com pesquisadores interessados em investigar a Ilha de Marajó. Por exemplo, indicando a Charles Frederick Hartt a presença da cerâmica marajoara, algumas destas descritas como “obras de fino barro, tais como ídolos, urnas funerárias, louças etc.” (Penna [1877] 1974, pg. 143), próximo ao lago Arari, referido como “coração do marajó” (Hartt, 1971). Desta forma, o Museu Paraense foi base de articulações internacionais, que fomentaram visitas destes cientistas à ilha de Marajó, nas quais identificaram sítios arqueológicos e recolheram artefatos para coleções de museus ou se tornaram coleções pessoais (Santana Simas et al., 2019). E também onde se construíram narrativas institucionais sobre a cultura marajoara, cujo vocabulário permanece nos escritos da história indígena nesta região. (Linhares, 2015; Araújo e Pacheco, 2023).

Essas expedições e coleções resultantes foram o princípio das pesquisas arqueológicas no Marajó dos campos, cujas cerâmicas foram divulgadas como parte de estudos neo-coloniais (Araújo, 2021). Estes primeiros dados coletados tiveram um

impacto duradouro na cultura marajoara e paraense, divulgaram a cultura arqueológica marajoara para o mundo como uma suposta “civilização” (Linhares, 2015) em uma Amazônia sem sociedades complexas, ocasionando sérios impactos culturais aos sítios arqueológicos (Schaan, 2012). A tabela 1 sintetiza as informações sobre as expedições de pesquisa no coração do Marajó, indicando os pesquisadores e as instituições que receberam as coleções resultantes.

Destacamos que entre a segunda metade do século XIX e primeira do XX a Ilha das Pacovas (sítio Pacoval) centralizou o interesse desses investigadores. Contudo, outras ilhas foram sendo localizadas no entorno do lago Arari e consideradas mounds (Schaan, 2006) isto é, atribuindo-lhes um léxico que reconhecia a sua artificialidade. Como mostraremos adiante, na linguagem local persistem os termos ilha e teso. Nas escavações desses locais coletaram-se urnas e parafernálias funerárias, estatuetas, tangas, pratos, alguidares, tinteiros e vasilhas utilitárias - inteiros ou fragmentados (Hartt, 1871; Derby, 1879; 1898; Ladislau Netto, 1872 [1885]; Steere, 1871; Lange, 1914; Oliveira, 1925; Nimuendajú 1922/23 [Stenborg, 2004]; Farabee, 1921; Mordini, 1936, 1947; Lage, 1944; Palmatary 1949; Hilbert, 1952).

Ano	Pesquisador (es)	Sítio (s)	Instituição de Guarda
1870	William S. Barnard	Pacoval	Peabody Museu de Etnologia (EUA) e Coleções Antropológicas da Universidade de Cornell (EUA)
1871	Joseph Steere	Pacoval e Teso dos Bichos	Museu de Antropologia da Universidade de Michigan (EUA)
1876	Orville A. Derby	Pacoval	Museu Nacional do Rio de Janeiro

1882	Ladislau Netto, J. Steere e Ferreira Penna	Pacoval	Museu Paraense Emílio Goeldi
1913	Algot Lange	Pacoval e tesó do Severino	Museu Americano de História Natural de Nova Iorque (EUA)
1913-1916	William C. Farabee	Teso Fortaleza	Museu da Universidade da Pennsylvania (EUA)
1925	Carlos Estevão de Oliveira	Teso do Severino	Museu Paraense Emílio Goeldi
1926	Antonio Mordinni	Pacoval e Teso do Gentil	Peabody Museu de Etnologia (EUA)
1941	C. Estevão de Oliveira e Hellen C. Palmatary	Pacoval	Museu Paraense Emílio Goeldi
1952	Peter Paul Hilbert	Teso Pacoval	Museu Paraense Emílio Goeldi
1962	Mário F. Simões e Napoleão Figueiredo	Teso dos Bichos, Teso Salitre e Teso Santa Luzia	Museu Paraense Emílio Goeldi
1963	Napoleão Figueiredo	Ilha da Ponta e Ilha do Marco	Museu Paraense Emílio Goeldi
1964	Conceição G. Corrêa, Mário F. Simões e Napoleão Figueiredo	Teso dos Bichos	Museu Paraense Emílio Goeldi
1965	Mário F. Simões	Ilha da Ponta, Ilha da Casinha, Ilha do Fogo, Aterro do Meio, Aterro do Jantar, Aterro Pelado, Cavalo Morto, Enseada, Parapará, São Luiz e Fortaleza	Museu Paraense Emílio Goeldi
1983-1985	Anna C. Roosevelt	Teso dos Bichos	Universidade de Illinois Urbana Champaign (EUA)

Tabela 1: Lista de pesquisas realizadas na região do Município de Santa Cruz do Arari até 1985.Fonte: Elaborada pelo autor.

Dessa forma, esses levantamentos de perspectiva colonial criaram dezenas de coleções em museus do exterior, somando mais de 15 coleções com itens retirados da Ilha de Marajó (Schaan, 2009; Troufflard, 2010) e representaram a “invenção” da ideia de civilização marajoara (Araújo, 2021), como a identidade de um povo do passado extremamente desenvolvido em comparação a sociedades indígenas mais recentes em contexto de pós-invasão (Linhares, 2015) - compreendidas como degeneradas dentro de uma escala evolutiva social e tecnológica (Schaan, 2006). Os interesses de D. Pedro II e do Museu Nacional era de utilizar essas cerâmicas como “antiguidades respeitáveis” (Linhares 2015, p. 15) uma vez que muitos dos seus grafismos lembram as iconografias gregas, para consolidar a visão de um passado glorioso do Brasil, pois:

Pensar os sentidos de um processo de musealização é, então, também pensar um processo de colonização dos artefatos, pois quando eles eram somados às exposições dos grandes museus oitocentistas, passavam a fazer parte de um contexto museológico que dissimulava seus significados em prol de narrativas ideológica, política e cientificamente “interessadas” (Araújo, 2021, p. 236).

A partir da segunda metade do séc. XX o sítio Pacoval continuou a ser visitado, mas considerado muito destruído pelas intensas visitas e escavações de que foi alvo durante quase um século. As escavações concentraram-se então no Teso dos Bichos, embora muitos outros passassem a ser prospectados e escavados (Simões e Figueiredo, 1962; Simões, 1965, 1967, 1969; Corrêa et al., 1964), já no âmbito de uma arqueologia mais institucionalizada no Brasil e com coleções sob a guarda do Museu Paraense Emílio Goeldi, salvo renomadas exceções (Roosevelt, 1991).

As pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1940, como Meggers e Evans (1957), não acarretam em grandes acervos em museus, porém em termos acadêmicos o objetivo principal foi entender como haveria uma sociedade complexa em uma região onde Steward (1948) afirmou que só poderia haver arranjos sociais do tipo “tribos”. Foi fomentada a ideia de que a região amazônica não seria um lugar propício para o desenvolvimento de sociedades complexas, com exceção dos povos classificados como da “fase Marajoara”. A partir da década de 1970, essa concepção foi mudando à medida que outras pesquisas na região amazônica e na ilha de Marajó (Lathrap, 1970; Roosevelt 1980, 1991; Schaan 2004) atestaram o fato de que a Amazônia é sim uma área em que sociedades complexas se desenvolveram, gerando formas particulares de engenharia e tecnologias.

Para além disso, tendo conhecimento do passado da região, o Pe. Giovanni Gallo (1927-2003) foi um dos precursores na iniciativa em criar um museu em Santa Cruz do Arari. Ao longo das suas atividades sacerdotais e sociais realizadas entre os anos de 1972 e 1981, Gallo observou que a criação de um museu no coração da Ilha do Marajó, num local próximo de tantos sítios arqueológicos, seria fundamental para ajudar as pessoas a voltarem o olhar para uma região que sofria com tantos problemas e desigualdades sociais. Gallo começou a construir em Santa Cruz do Arari o barracão que seria o local do museu, porém, por conflitos políticos, o padre teve que se mudar do município, migrando para Cachoeira do Arari, onde encontrou apoio local para abertura do que hoje conhecemos como Museu do Marajó (Schaan, 2009).

O acervo inicial do museu criado por Gallo foi feito a partir de doações de peças arqueológicas, sem proveniência específica, encontradas por moradores na região do Marajó dos Campos. Para além da criação de um museu, Gallo teve outras iniciativas sociais

relacionadas à cultura arqueológica local como, por exemplo, artesanato em bordado, publicando o livro *Motivos Ornamentais da Cerâmica Marajoara* (Gallo, 2005).

Essas pesquisas contribuíram para a divulgação da arqueologia da região, da criação de acervos em centros de pesquisa e na prática de colecionismo<sup>3</sup>. Da perspectiva arqueológica, com exceção do trabalho de Giovanni Gallo e das pesquisas de Denise Schaan, estas investigações não tiveram envolvimento direto com a população local. De modo geral, porém, a população Marajoara esteve ciente da presença dos “cacos de índios” e dos sítios arqueológicos no arquipélago (Bezerra, 2018b). Da mesma forma, a divulgação de desenhos iconográficos e imagens das peças fomentaram (e ainda fomentam) um mercado de artesanato oleiro no estado do Pará (Schaan 2006, 2007; Barreto 2013). Desse modo, as pesquisas arqueológicas tiveram um impacto direto na história do arquipélago e nas populações locais, uma vez que:

Em nossa área de atuação tratamos da construção de narrativas sobre o passado. Essas narrativas interferem de maneira contundente na vida das pessoas, nas relações dentro dos contextos sociais nas áreas pesquisadas, no senso comum e na formulação de políticas públicas. (Lima, 2019 p. 27)

Considerando o contexto social e cultural do arquipélago do Marajó, é importante que este conhecimento sobre o passado arqueológico da região esteja acessível para as pessoas que vivem próximo aos sítios arqueológicos. Assim, que seja possível a construção de novas narrativas centradas na vivência das populações locais - em relação aos artefatos e aos sítios

<sup>3</sup> Colecionismo aqui refere-se à prática de colecionar objetos dentro de uma lógica colonizadora. Para uma crítica e contraponto ver Lima (2019).



arqueológicos. Para tanto, é necessário que as comunidades tenham acesso a coleções no arquipélago. A iniciativa de Gallo foi pioneira nesse sentido, hoje em Cachoeira do Arari temos o Museu do Marajó aliado ao Sistema Integrado de Museus da Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT-PA). Contudo, considerando a geografia do arquipélago e a realidade das comunidades locais, são necessárias mais iniciativas voltadas para o campo da cultura e patrimônio.

## O projeto Museu do Arari

Durante o período da pandemia (2020-2023), o governo federal sancionou a Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020) que objetivou atender o setor cultural brasileiro, sendo a verba repassada para os estados e prefeituras do Brasil. Assim, o governo do Estado do Pará lançou editais para fomentar projetos voltados para a cultura patrimonial, entre eles, o edital para Museus e Memoriais de Base Comunitária - SECULT/PA, dando a oportunidade de pessoas físicas ou empresas construírem pontos de cultura atrelados à área da museologia e do patrimônio.

O projeto Museu do Arari teve por objetivo inicial criar uma cartilha de educação patrimonial e uma exposição permanente em uma escola da rede pública para que as crianças, adolescentes e adultos pudessem conhecer e ter acesso ao patrimônio arqueológico, por meio de uma informação didatizada, agregada às peças cerâmicas, até então colecionadas por populares, apresentadas em um formato museológico.

Na primeira etapa do projeto, as peças arqueológicas doadas foram quantificadas e analisadas, conforme os estudos de Meggers e Evans (1957) e Schaen (1996, 2004, 2009). Dessa forma,

o inventário das peças dá conta de seus locais de origem em torno do lago Arari, consistindo de 35 peças inteiras e semi-inteiras e 400 fragmentos organizados em oito pequenas coleções.

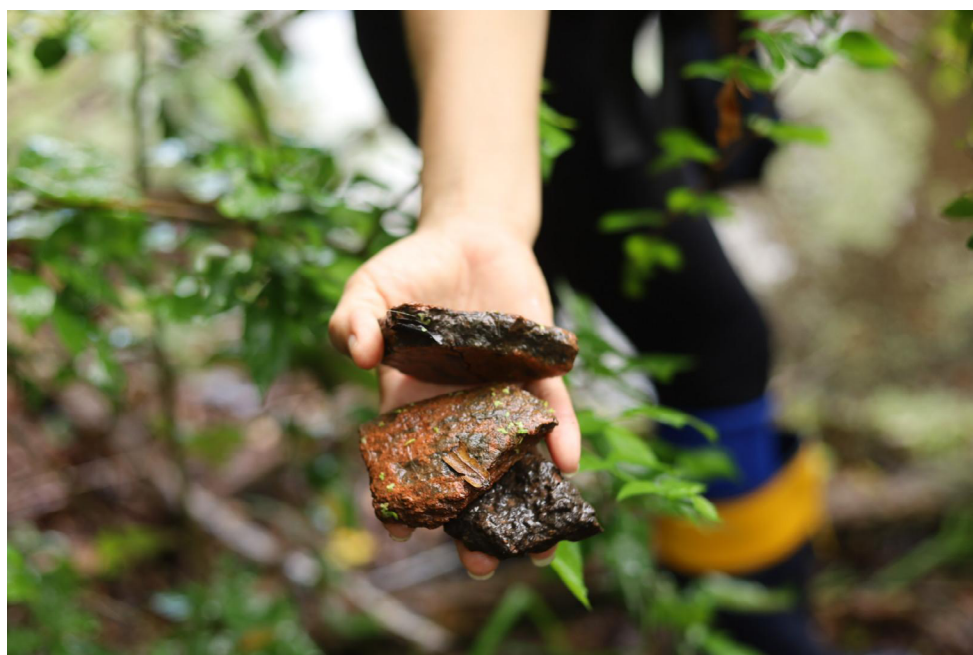


Figura 1: Alguns itens da coleção Museu do Arari. Foto: Brenda Bandeira, 2024

Os arqueólogos que chegam para pesquisar nesses locais perguntam sobre determinados tipos de objetos, que por vezes, as pessoas costumam mostrar em sua coleção particular. A relação de afetividade começa no momento em que essas pessoas identificam esses objetos e constroem junto com eles suas histórias e narrativas (Bezerra, 2018). O projeto Museu do Arari foi inspirado nessas práticas de colecionamento particular e afetividade aos objetos, aliados ao conhecimento arqueológico da região. As doações dos materiais arqueológicos foram feitas por alguns moradores do município, que no seu cotidiano (na beira do rio, nos seus sítios ou quintais) identificaram fragmentos da cultura material local e guardaram em suas casas. Ao saberem

do projeto de divulgação da arqueologia da região, resolveram contribuir com as suas coleções particulares.

A segunda etapa do projeto, ainda em andamento, foi financiada pela lei Paulo Gustavo - SECULT/PA, no edital de Patrimônio Material - Categoria Patrimônio Arqueológico, a qual consiste no mapeamento dos locais de coleta das peças, a fim de identificar os sítios arqueológicos de proveniência e se já foram pesquisados anteriormente. Até o momento, foi realizada uma visita para conversar com uma das doadoras, em abril de 2024. Este primeiro mapeamento resultou na identificação dos sítios teso do Dega, teso Santa Margarida, teso Belém e teso Camutins, como locais de proveniência dos objetos da coleção.



**Figura 2:** Fragmentos do sítio Teso Santa Margarida. Foto: Edne Maués, 2024.

Neste mapeamento, conversamos com Vanilda Pereira, principal doadora da coleção “Camutins”, que mencionou seu hábito de guardar e expor coisas em geral. Atualmente, suas coleções são de plantas e brinquedos antigos da sua filha, mas, anteriormente,

quando se mudou para Vila de São Marcos (comunidade próxima a sede de Santa Cruz do Arari) obteve alguns fragmentos de vasos decorados - doados pela dona de uma fazenda para enfeitar os vasos de suas plantas:

Na época, eu tinha marido e ele trabalhava com uma fazendeira, como ela achava assim... que eu gostava de guardar as coisas, ela mandou, deu uns pedaços pra ele, pra eu enfeitar minha prateleira, mas, sem saber realmente o que valia aquilo, o que ia trazer pra dentro de casa. Aí foi o que aconteceu, quando foi um dia, eu sempre fui apaixonada por mato. Poder andar em mato, eu gosto de estar... é uma natureza minha, no mato, sentar olhando árvore, descobrindo plantas. E lá um dia meu ex-marido disse assim “olha, tem umas beira de rio, tem umas partes, uns tesos aí que tem os cacos”. Aí eu disse “ah, me leva lá”. Hoje a gente não vive junto mais não, mas, isso não vem ao caso. Aí a gente fomos, né? Um dia lá e a gente já achou uma beira de uma parte do rio que é capaz de uma fazenda, né? Muitos cacos quebrados. Mas eu achei que aquilo não tinha importância pra nada. Aí eu comecei a trazer (Vanilda Pereira, comunicação pessoal, 04/2024).

Interpelada sobre o que despertava seu interesse pelas peças, Vanilda afirmou que se relacionava ao seu ‘gosto por coletar coisas e enfeitar a casa’. Caminhadas da vila São Marcos até os tesos para coletar fragmentos de cerâmica foram atividades de “fim de semana” para Vanilda, aumentando sua coleção. Até acontecer um incidente que a assustou, visitando um sítio arqueológico com seu filho viu uma urna funerária com restos de ossos dentro:

Achemo osso mana que ele saiu correndo e eu também, desde esse dia ninguém quis mais, o osso tava dentro da vasilha e ficou lá [...] ela era assim desenhada [...] depois dessa situação aí é que eu fui começar a saber mesmo o que é a origem disso aí, e resolvi me desfazer da coleção. (Vanilda Pereira, comunicação pessoal 04/2024).

As falas de Vanilda nos indicam diferentes momentos e os afetos despertados por suas interações com as ‘coisas arqueológicas’ (Bezerra 2018a). A princípio, os objetos a afetaram com deslumbramento, a beleza dos cacos que enfeitaram suas prateleiras despertou nela uma emoção estética (Levi-Strauss, 1983) e uma curiosidade pelos lugares de onde vieram. Destacamos que foram as tecnologias de encantamento (Barreto 2020), isto é, os aspectos estilísticos que conquistaram o olhar e a curiosidade da colecionadora.



**Figura 3:** Imagens de fragmentos da coleção Camutins, doada por Vanilda. Foto: Brenda Bandeira, 2024.

Porém, ao contrário da valorização atribuída a estes como



objetos indígenas, na produção de réplicas e reprodução de grafismos voltados à comercialização - tema crescentemente investigado nos últimos anos (Schaan, 2006; Barreto, 2013; Bezerra, 2020; Rolim, Barreto, e Lima, 2020; Souza Lima, 2023) ou à criação de uma identidade brasileira (Linhares, 2020), para Vanilda os ‘pedaços’ são importantes como parte constitutiva de sua identidade, de seu cotidiano, à medida em que “não tinha importância pra nada”. A partir do momento que remanescentes humanos são encontrados e que a informação da origem indígena dos objetos se apresenta, ela busca desfazer-se da coleção - que agora lhe suscita medo. Mas é também o recém descoberto estatuto arqueológico de seus cacos que a assustam, tanto que procura doá-los ao museu onde, em sua percepção, serão valorizados.

Na vila de São Marcos também mora Benedita, que apesar de não ser uma das doadoras, mostrou em sua casa a urna marajoara que mantém guardada na sua cozinha. Benedita afirmou que há muitos anos atrás, uma amiga achou uma vasilha em uma fazenda e passou a utilizá-la para guardar coisas. Sua amiga foi embora de Santa Cruz do Arari, mas antes de ir deixou a urna para D. Benedita, que eventualmente utiliza para guardar água.





**Figura 4:** Urna funerária presente na casa de Benedita. Foto: Edne Maués, 2024

Tanto Vanilda quanto Benedita entendem que esses vasos e fragmentos ornamentados são de origem indígena e que são comuns na região onde vivem. Embora, discursivamente, Vanilda clame não ter ciência desse fato quando compôs sua coleção. Percebemos que a forma das duas de se relacionarem com esses objetos configura o que, nos últimos anos, pesquisadores vêm observando como práticas de colecionamento (Bezerra, 2011, 2017, 2018; Silva, 2021) de objetos arqueológicos por parte da população amazônica. A retirada desses objetos do seu contexto arqueológico na maioria dos casos é feita de maneira aleatória, quando “o artefato vai brotando da terra e salta aos olhos das pessoas que moram próximas ou em cima de sítios arqueológicos” (Bezerra, 2018 p. 95-96). Os casos das duas mulheres entrevistadas apontam, porém, uma complexidade dos processos de interação com as coisas arqueológicas do Marajó pelas pessoas marajoaras.

É certo que o arqueológico (os tesos e os objetos) está no presente das nossas interlocutoras, elas e seus semelhantes transitam por esses espaços “prenhes de passado” (Bezerra, 2018a). Todavia, ambas receberam ‘coisas arqueológicas’ como presentes e uma delas buscou ativamente acessar os lugares e coletar os cacos, porque sente-se “apaixonada por mato” e, em certa medida, a coleção de objetos teve para ela a mesma importância que a de plantas. Decide alijar-se dos objetos quando sua origem indígena lhe é apontada e quando encontra o discurso arqueológico sobre essas coisas.

Este mapeamento é importante para a próxima etapa, que consiste na construção do projeto de exposição do material e no desenho dos móveis que vão abrigar a exposição permanente.

Além da estimativa de procedência dos artefatos, a etapa de mapeamento possibilitará também uma certa biografia dos objetos, uma vez que a história da formação das coleções está sendo documentada.

## Considerações finais

Coleções arqueológicas marajoaras saíram do Brasil e não voltaram mais, resultando em uma violência cultural e patrimonial, uma vez que as narrativas construídas sobre artefatos marajoaras foram produtos de uma ideologia política, e que não correspondem às realidades amazônicas e a história indígena de longa duração da região. Por outro lado, esses levantamentos iniciais também proporcionaram uma dinamização da iconografia deste tipo de cerâmica que se tornaram um dos símbolos da cultura paraense, influenciando diretamente no mercado artesanal e na simbologia da região, depois de um primeiro momento, as pessoas ressignificam essas peças arqueológicas como parte do seu cotidiano (Schaan 2006; Barreto 2013).

Apesar de não serem mencionadas por naturalistas, as comunidades do arquipélago do marajó, seus moradores, sempre estiveram em contato com os sítios arqueológicos e seus artefatos, fato que ainda permanece nos dias atuais, produzindo diferentes práticas de colecionamento e novas narrativas sobre estes materiais. Percebemos pelos relatos de Vanilda e Benedita que existem diferentes olhares e interpretações sobre os fragmentos e vasilhas, associadas ou não ao encantamento ou assombro que essas peças produzem dada as suas características particulares.

Assim observamos que essa aproximação das comunidades junto aos sítios pode ser uma nova maneira de se pensar o patrimônio arqueológico da região, frente ao histórico de retirada

de itens dos sítios. Devemos mencionar que desde a constituição de 1988 o patrimônio arqueológico brasileiro pertence a União e, portanto, a sociedade brasileira. Desta forma, ele deve permanecer conservado ou guardado em instituições públicas que disponham de licença para tal prática. Porém na Amazônia, com o projeto Museu do Arari foi possível observar de perto questões sociais relacionadas à prática do colecionamento (Bezerra, 2018; Lima, 2019) e sobre as suas implicações sociais e pensar novas formas de manter este patrimônio no seu local de origem com participação popular. Iniciativas semelhantes têm sido postas em prática na Amazônia, a exemplo daquela documentada em Parintins por Bianchezzi et al. (2021).

Os objetivos finais do projeto Museu do Arari é que as pessoas que têm contato diário com sítios se familiarizar mais com a arqueologia, entendam como se conserva e a importância de se conservar sítios arqueológicos e que entendam a importância desses artefatos permanecerem em seus locais de origem sendo preservados e ao mesmo tempo, tenham sua participação enquanto formadores de uma coleção permanente do município.

A partir desse momento, essas pessoas colecionadoras têm mais um papel social ativo com a suas coleções, que se trata da participação da construção de um ponto de cultura local promovido por uma política pública que visou o engajamento popular. O que observamos com a lei Aldir Blanc e com a construção de museus de base comunitária é que existem alternativas que, quando mediadas pelo Estado e pela iniciativa popular, podem possibilitar o enriquecimento local sobre a cultura da região, com ampla participação da comunidade. Estas pessoas estão ajudando a fomentar o conhecimento da arqueologia e da história da região trabalhando ativamente neste processo. Neste aspecto, a comunidade se torna o principal agente mediador da atividade.

Museu do Arari: sobre “cacos de índio” e museus comunitários na Amazônia marajoara.  
Brenda Bandeira de Azevedo • Edne Wagner Ribeiro Maués • Daiana Travassos Alves

## Referências

ARAÚJO, L. M. **O que os viajantes levaram? A cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos.** 2021. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2021.

ARAÚJO, L. M.; SARRAF-PACHECO, A. Sob a pena dos viajantes: Narrativas sobre Vida e trabalho no Marajó Oitocentista. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 36, p. 1-32, 2023.

BARBOSA, M. J. de S. **Relatório Analítico do Território do Marajó.** Belém: Universidade Federal do Pará/ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

BARRETO, C. Corpo, Comunicação e Conhecimento: Reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. **Revista de Arqueologia**, v. 26, p. 112-129, 2013.

BARRETO, C. Do teso marajoara ao sambódromo: agência e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, v.15, n. 3, e20190106, 2020.

BEZERRA, M. A Urna Bordada: artesanato e arqueologia na Amazônia contemporânea. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, p. 1-17, 2020.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** v. 6, n.1, p. 57-70, 2011.

BEZERRA, M. **Teto e Afeto: Sobre as Pessoas, as Coisas e a Arqueologia na Amazônia**. 1. ed. Belém: GK Noronha, 2017

BEZERRA, M. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia.

**Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 12, n. 2, p. 52-58, 2018a.

BEZERRA, M. Com Os Cacos No Bolso: O colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia Brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. n.38, 85-99, 2018b.

BEZERRA, M. A Urna bordada: artesanato e arqueologia na Amazônia contemporânea. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, p. 1-17, 2020.

BIANCHEZZI, C.; SANTOS, A. M.; BASSI, F. S.; LIMA, H. P.; MACHADO, M. C.; CRUZ, A. F.; BATISTA FILHO, A. O.; PAIVA, M. **Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins**. Parintins, (AM): Eskenazi Gráfica, 64p. 2021.

CORRÊA, C.; FIGUEIREDO, N.; SIMÕES, M. F. **Projeto Marajó. Relatório de excursão**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1964.

DERBY, Orville A. A ilha de Marajó. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**. Belém, n.2, v.1, p. 163-173, 1898.

DERBY, Orville A. The artificial mounds of the island of Marajo, Brazil. **The American Naturalist**, v. 13, n. 4, p. 224-229, 1879.

DESVALLÉS, A. MAIRESSE F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus:



Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

FARABEE, W. C. Explorations at the mouth of the Amazon. **Mus. J. Uni. Penn.** Philadelphia, n.12, p.142-161, 1921.

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2008.

GALLO, G. **Motivos ornamentais da cerâmica Marajoara: modelos para o artesanato de hoje.** 3. ed. Cachoeira do Arari: Museu do Marajó, 2005.

GELL, A. **Art and agency, an anthropological theory.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

GELL, A. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. **Revista Concinnitas**, v.2, nn.8, p. 40-63, 2023.

HARTT, C. F. The ancient indian pottery of Marajo, Brazil. **The American Naturalist**, v. 5, n. 5, p. 259-271, 1871.

HILBERT, L., ALVES, D. T., NEVES, E. G., & IRIARTE, J. A glimpse into shell mound builders' diet during mid-to-late Holocene on Marajó island. **Vegetation History and Archaeobotany**, v. 32, p. 1-10, 2023.

HILBERT, P. P. Contribuição à Arqueologia da ilha de Marajó. Os “tesos” marajoaras do alto Camutins e a atual situação da ilha do Pacoval, no Arari. **Publ. Int. Antropo. Etnol. Pará.** v. 5, p. 1-32, 1932.

LAGE, S. **Quadros da Amazônia.** Rio de Janeiro, 1944.

LANGE, A. **The Lower Amazon**. New York: G.P. Putnam's Sons, The Knickerbocker Press, 1914.

LATHRAP, D. W. **The Upper Amazon**. New York: Praeger, 1970.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Uma pintura meditativa. In: **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 341-346.

LIMA, H. P. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. **Habitus**, n.17, v.1, p. 25-38, 2019.

LINHARES, A. M. **Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira**. (Tese). Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, 2015.

MEGGERS, B. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

MELLO NETTO, Ladislau de Souza. Investigações sobre a arqueologia brasileira. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 257-354, 1885.

MORDINI, A. L'île de Marajó (bas Amazon): un problème archéologique à résoudre. In: **CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES**. Paris, 1947.

PALMATARY, H. C. The pottery of Marajo Island, Brazil. In: **Transactions of the American Philosophical Society** v.39, n. 3, p. 261-470, 1949.

PENNA, D. S. F. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna** Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971a.

PENNA, D. S. F. **Obras completas de Domingos Soares Ferrei-**

**ra Penna** vol 2. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1971a. v. 1.

RODRIGUES, J. B. Antiguidades do Amazonas. **Velloso**, v.2, p.1-40, 1892.

ROLIM, M. BARRETO, C. LIMA, H. P. História de vida de uma urna marajoara. **Revista de Arqueologia**, v. 33, p. 396-418, 2020.

ROOSEVELT, A. C. **Parmana: prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco**. New York: Academic Press, 1980.

ROOSEVELT, A. C. **Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil**. San Diego: Academic Press, 1991.

SANTANA SIMAS, M.; DA ROSA, C.; BARRETO, C.; PINTO LIMA, H. A fragment in each institution: the dispersion of Dita Acatauassu Marajoara Archaeological Collection (Amazonia, Brazil). **Conservar Patrimônio**, v. 32, p. 79–86, 2019.

SCHAAN, D. P. **A Linguagem iconográfica da cerâmica marajoara**. Dissertação. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 1996.

SCHAAN, D. P. Into the labyrinths of marajoara pottery in **Unknown Amazon**. London: British Museum Press. 2001, p. 108-133.

SCHAAN, D. P. **The Camutins Chiefdom**: rise and development of social complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Artes e Ciências, Universi-

dade de Pittsburgh, 2004.

SCHAAN, D. P. Arqueologia, público e commodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. **Revista Arqueologia Pública**. n. 1, p. 31-48, 2006.

SCHAAN, D. P. **Cultura Marajoara**. São Paulo: Ed. Senac e Fecomércio/PA, 2009.

SCHAAN, D. P. Long-term human human-induced impacts on Marajó Island Landscapes, Amazon estuary. **Diversity**. n. 2, vol. 2, p. 182-206, 2010.

SCHAAN, D. P. Entre a tradição e a pós-modernidade: A cerâmica Marajoara como símbolo da identidade “Paraense”: In: **Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias**. E. ed. Belém: L&A Ed, 2012. , p. 35-68.

SCHAAN, D. P. Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia. **Anuário Antropológico**. v. 39, n.2, p. 13-44, 2014.

SCHAAN, D. P. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 109-135, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. A. Colecionamento de coisas, de material arqueológico. In: **Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para lousa**. São Paulo: Museu de

Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2021.

SIMÕES, M. F. **Projeto Marajó**. Relatório de excursão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1965.

SIMÕES, M. F. Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (Ilha de Marajó). **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica** (Antropologia) n.2, p. 207-224, 1967.

SIMÕES, M. F. The Castanheira site: new evidence on the antiquity and history of the Ananatuba Phase (Marajó Island, Brazil). **American Antiquity**, v. 34, n.4, p. 402-410, 1969.

SIMÕES, M. F.; Figueiredo, A. N. **Projeto Marajó**. Museu Paraense Emílio Goeldi Relatório final. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1965.

SOUZA LIMA, M. R. Replicando uma urna marajoara: iconografia, saberes e afeto. **Amazônica: Revista de Antropologia**. v. 15, p. 232-257, 2023.

STENBORG, Per. **Pursuit of a Past Amazon. Archaeological researchers in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region by Curt Nimuendajú**. Gotemburgo: Elanders Infologistik Vast AB, 2004.

STEWART, J. H. **Handbook of South American Indians: the tropical forest tribes**. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1948. v. 3.

TROUFFLARD, Joanna. **Testemunhos funerários da ilha do Marajó no Museu Dr. Santos Rocha e no Museu Nacional de Etnologia**: interpretação arqueológica. Dissertação. (Mestrado

em Arqueologia). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2010.